

Pressão das escolas tem quase 2 décadas

As pressões feitas pelos donos das escolas junto ao Governo, pela liberação dos preços das mensalidades, é quase tão antiga quando o decreto-lei 532/69, que regulamentou o reajuste das mensalidades. Com base neste decreto, a União Nacional dos Estudantes (UNE) informou que entraria com recurso junto ao Supremo Tribunal Federal para arguir a inconstitucionalidade do decreto 95.720, que instituiu o sistema de liberdade vigiada para as escolas cobrarem as mensalidades. A UNE e a Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa) argumentam que decretos não revogam decretos-leis.

Representante de 35 mil escolas particulares de todo o País, onde estudam cerca de 8 milhões de alunos, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) sempre trabalhou pela liberação dos preços. O sistema de liberdade vigiada chegou bem próximo aos anseios da Fenen, que já voltou à carga junto ao Ministério da Educação para que o decreto 95.720 não seja revogado.

Esta também é a meta da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABM) e Associação Brasileira de Escolas Católicas de Ensino Superior. Na última quarta-feira as duas entidades se reuniram com o secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, para solicitar que o Governo dê tempo ao tempo e não revogue já o decreto 95.720. O decreto, segundo o presidente da Fenen, Roberto Dornas, "corrige uma situação de 19 anos de tutela, com a fixação de índices irreais para o reajuste das mensalidades". Dornas acha que o Governo

deve esperar pelo menos seis meses para decidir sobre a revogação.

Punições

Ele alega que as coisas entrarão nos eixos neste período, afirmando que as escolas estão corrigindo uma "defasagem histórica dos preços das mensalidades". Como a ABM, a Fenen também entende que os abusos devem ser punidos. Ontem, em entrevista, Dornas acrescentou, no entanto, que até o momento os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação (CFE) não receberam denúncias de aumentos abusivos.

Todas estas questões serão levadas ao MEC pela Fenen e pelos Sindicatos de Estabelecimentos Particulares de Ensino na próxima quarta-feira, quando os representantes destas entidades se reunirão com o secretário-geral, Luiz Bandeira. Na próxima semana o ministério deverá receber ainda os relatórios dos Conselhos Estaduais de Educação, responsáveis pela fiscalização das escolas. No momento, o MEC já tem nas mãos um rosário de denúncias de aumentos excessivos das mensalidades, entregues ao secretário-geral adjunto, Hêlio Mattos, pelo presidente da Fenapa, Luiz Cassemiro.

A intenção do ministério é punir as escolas que aumentaram demais os preços. O ministro da Educação, Hugo Napoleão, deixou claro que do jeito que está não pode ficar. Segundo o ministro, o Governo deu um voto de confiança às escolas ao instituir o sistema de liberdade vigiada. Os aumentos abusivos mostram que a confiança foi traída. As punições já estão em estudo, e uma delas se-

ria o Governo baixar um decreto especificando valor real das mensalidades para as escolas onde forem constatados aumentos abusivos.

Na reunião marcada para o próximo dia 23 o MEC vai se informar sobre os preços cobrados pelas escolas nos últimos quatro meses. Se forem constatados abusos em uma parcela grande de estabelecimentos, o decreto 95.720 poderá ser revogado. De antemão Roberto Dornas já informou que os Sindicatos de Estabelecimentos Particulares de Ensino não terão condições de apresentar ao Ministério a relação dos preços das mensalidades. A Fenen alega que o número de escolas particulares, 35 mil — inviabiliza a questão.

QUALIDADE

Mesmo admitindo que as escolas públicas não são suficientes para atender a demanda de alunos, o MEC quer aproveitar a insatisfação dos pais com os aumentos dos preços das mensalidades, para lançar uma campanha em defesa da qualidade do ensino da escola pública. A idéia do ministério é que os pais participem da vida escolar de seus filhos. A co-gestão da escola poderia ser uma alternativa para resolver o problema, entende o secretário-geral, Luiz Bandeira.

A criação de uma escola de co-gestão, financiada pelo Governo e pela comunidade, e com propostas pedagógicas que contem com a participação de todos tem provocado discussões entre os pais. Muitos alegam que já pagam impostos e não desejam arcar com mais despesas, uma vez que a educação é um dever do Estado.